

PALÁCIO DO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO SUL

A HISTÓRIA

Tendo em vista que a Assembleia Provincial funcionava em condições extremamente precárias no antigo prédio da Real Provedoria da Fazenda, concluído em 1790 (ao lado do atual Palácio Piratini), o qual tinha apenas um pavimento, o Presidente da Província decidiu construir uma nova sede para o legislativo.

Assim, em 7 de setembro de 1857, o Vice-Presidente da Província de São Pedro, Comendador Patrício Correa da Câmara, Primeiro Visconde de Pelotas, lançou a pedra fundamental do que deveria ser a nova sede da Assembleia Provincial. O projeto, do Engenheiro Francisco Nunes de Miranda, previa uma edificação em forma de “L”, na esquina da “Praça da Matriz” (com a “rua de São Jerônimo” (antiga “Rua do Poço” e atual Jerônimo Coelho), com um subsolo, dois pavimentos e dois torreões. As obras ficaram a cargo do Engenheiro Domingos Francisco Santos.

Em 1860, porém, o Presidente da Província, Joaquim Antônio Fernandes Leão, resolveu solucionar

as carências da Assembleia Provincial através da reforma de sua velha sede e da construção de mais um piso. Assim, na abertura da sessão legislativa informou aos deputados que “mandei examinar pelo capitão de engenheiros Antônio Dias da Costa o estado em que se achavam as paredes de pedra desse edifício e toda a sua construção interna e reconhecendo que apenas se poderiam aproveitar as paredes externas, as quais admitiam o levantar-se sobre elas o andar superior, ordenei que apresentasse a planta de um novo edifício e que orçasse a sua despesa.” [Relatório Presidencial de 1860, p. 46]

Em 1871, foram concluídas as obras do prédio que originalmente havia sido planejado para abrigar a Assembleia Provincial. Tendo esta permanecido em sua antiga sede, agora reformada, decidiu-se instalar ali a Estação Telegráfica e a Repartição das Obras Públicas. Entre 1890 e 1896, abrigou, ainda, no pavimento térreo o Comando das Armas da Província e o Quartel do Comando da Polícia Provincial (Brigada Militar).



Palácio na sua configuração original - 1871

PALÁCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 1892, o então Diretor das Obras Públicas, Terras e Colonização, Affonso Hebert, instalou no torreão norte o primeiro Observatório Meteorológico do Estado.

Em 1894, para acomodar a expansão dos órgãos governamentais que abrigava, foi construída a ala sul do edifício, o qual passou a ter uma planta baixa em forma de “U”.

Em 1896, o governo republicano – tendo a frente Júlio de Castilhos – decidiu demolir o antigo Palácio de Governo (“Palácio de Barro”, edificado entre 1784 e 1789) e construir em seu lugar o atual “Palácio Piratini”. Tendo em vista que em fevereiro desse ano a Diretoria de Obras Públicas se mudara, o prédio foi remodelado para receber no seu primeiro pavimento a Secretaria do Interior e no seu segundo pavimento a residência oficial da Presidência do Estado.

A partir de então, o prédio passou a ser conhecido como “Palácio Provisório”, ali tendo residido Júlio de Castilhos e, posteriormente, Carlos Barbosa Borges de Medeiros, porém, nunca

morou ali, pois preferiu ficar em sua residência, na Rua Duque de Caxias.

Em 1899, o Palácio voltou a ser ampliado – sob a direção do Engenheiro Antônio Mascarenhas Telles de Freitas – recebendo um piso adicional (que fechou o vão entre os dois torreões) e uma nova torre, agora única, sobre o canto norte, onde estava o Observatório Meteorológico. Essa é a configuração que perdura até os dias de hoje.

Em 1906, foram construídas as cocheiras e estrebarias para a guarda do Palácio Provisório.

Em agosto de 1906, durante sua visita ao Rio Grande do Sul, o recém-eleito Presidente do Brasil, Affonso Pena, hospedou-se no Palácio Provisório. Na ocasião, em uma das atividades ali realizadas, o então acadêmico da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Getúlio Vargas, foi o orador que usou da palavra em nome dos universitários gaúchos.

Em 1913, o Observatório Meteorológico existente no torreão norte foi desativado.

Em maio de 1921, Borges de



Após a reforma de 1899

Medeiros e seus auxiliares diretos mudaram-se definitivamente para o Palácio Piratini (ainda não completamente finalizado) e o antigo “Palácio Provisório” passou a sediar a Diretoria de Higiene e Saúde da Secretaria de Saúde, que ali permaneceu até o ano de 1963.

Nessa ocasião, foi tomada a decisão de demoli-lo, mas acabou sendo ocupado por diversos órgãos do Poder Judiciário – como a Escola Superior da Magistratura, Varas de Famílias, setor de transportes e o Centro de Funcionários dos Tribunais de Justiça e de Alçada –, situação que perdurou até 1998.

Em 1982 – já no contexto de uma maior preocupação com o patrimônio histórico do Estado –, o antigo “Palácio Provisório” (popularmente conhecido como “Forte Apache”) foi tombado pelo IPHAE, através da Portaria 03/82 (inscrição nº 7 do Livro Tombo Histórico). Em 1986, o seu tombamento foi ratificado pela Portaria 13/86, publicada no Diário Oficial de 05.01.87.

Em 1998, já em precaríssimas

condições de conservação, o prédio foi devolvido ao governo do Estado, que o repassou ao Ministério Público, com o compromisso deste realizar sua restauração.

Sob o comando da Arquiteta Ediolanda Liedke, foi elaborado em 1999 o projeto de restauração do atual “Palácio do Ministério Público”. Durante o ano de 2000, foram realizadas as obras e os serviços preparatórios à restauração, sendo que a sua execução teve início em janeiro de 2001 e foi concluída em dezembro de 2002.

Nesse processo de restauração, o Palácio também foi adaptado para receber as instalações do Memorial do Ministério Público e o gabinete do Procurador Geral de Justiça.

Em agosto de 2000 foi elaborado o projeto “Memória do Ministério Público/RS” e em abril de 2003 foi criado o Memorial do Ministério Público/RS, dedicado a manter um centro de documentação e memória oral, realizar pesquisas históricas, publicações, exposições, seminários e debates.



Mudanças estruturais ao longo dos anos



RESTAURAÇÃO



A restauração do “Palácio Provisório” esteve a cargo da Arquiteta Ediolanda Liedke (UFRGS), ex-funcionária do setor de Patrimônio Histórico da Secretaria de Obras, com especialização na França e Alemanha em preservação patrimonial e restauração

O prédio encontrava-se totalmente deteriorado. A quase totalidade de suas partes de madeira estavam comprometidas, apodrecidas ou tomadas por cupins. No topo da torre havia uma figueira, cujas raízes desciam pelas paredes até o andar de baixo.

A restauração, após registrar a situação em que se encontrava o prédio, procurou identificar suas partes originais e as diferentes modificações pelas quais o prédio passou ao longo dos séculos, incluindo os diferentes materiais e sistemas construtivos utilizados. Assim, constatou-se a utilização tanto de alvenaria de tijolos rebocados – nas paredes externas – e estuque (madeira e barro) nas paredes internas, quanto de lages em tijolo armado, em forma de abobadilhos, com vigotas metálicas (final do século XIX, início do século XX).

Foi decidido não retornar ao projeto original com dois torreões (concluído em 1871), mas manter a estrutura estabelecida nas reformas de 1894 (ala sul) e 1899 (3º piso e um torreão).

As inúmeras “divisões internas” e “banheiros” – criados para acomodar as diferentes repartições públicas, ao longo dos anos – foram desconsiderados e eliminados. Os espaços internos foram adequados a suas novas funções. Os arcos existentes no subsolo (que estavam escondidos) foram recuperados e expostos. Os elementos de decoração

(poucos) foram recuperados ou refeitos. Sua iluminação original não pode ser retomada, pois ao ser construído o prédio, ainda não existia iluminação elétrica.

Algumas vigas de madeira puderam ser reaproveitadas. Outras, com as extremidades podres, foram emendadas com pedaços aproveitáveis de outras vigas e reforçadas com peças de ferro. Alguns pisos originais puderam ser reaproveitados. Sempre que necessário, foram abertas “janelas” para se poder observar as estruturas originais. Da mesma forma, não foi colocado reboco em diversos espaços, para permitir a visualização da contextura material de suas estruturas. O elevador original – um dos mais antigos de Porto Alegre e com interior de madeira – foi restaurado e teve a sua máquina trocada. Nas cocheiras, foram mantidas nas paredes as argolas que serviam para amarrar os cavalos.

A nova estrutura vertical colocada ao centro do “U” do prédio – com escada de acesso, elevador e banheiros – foi feita com materiais contemporâneos e toda envidraçada, para deixar claro que não compõe a edificação original.

A restauração procurou, assim, manter o equilíbrio entre a “restauração” e a “recuperação do prédio para um novo uso”, o que é o mais indicado para um prédio que não chega a ser um exemplar ímpar de arquitetura, uma “joia intocável”, e sim um exemplar arquitetônico antigo, com uma importante carga histórica. Lembremos que ele foi construído para abrigar o Poder Legislativo, serviu por 25 anos como palácio do governo (1886 a 1921) e depois foi sede do Judiciário.



EQUIPE:

Martha Weiss Jung | Coordenadora
Cíntia Vieira Souto | Historiadora
Raul K. M. Carrion | Historiador
Sônia Beatriz da S. Pinto | Assessora
Rossana J. Soares | Assessora
Vitor B. da Cunha | Estagiário



Praça Marechal Deodoro, 110 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS

www.mprs.mp.br